

População afirma opção por diretas com Constituinte

Datafolha

Eleitores de seis capitais brasileiras consultados esta semana concordaram maciçamente (68,8 por cento) com a proposta apresentada pela Folha no último domingo, em editorial de primeira página, pela qual o próximo presidente da República deveria convocar, no mais curto prazo possível, eleições de um lado legitimem o mandato presidencial, e de outro escolham os integrantes de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A proporção dos "sim" à questão levantada pela pesquisa de opinião é homogênea nas seis capitais, variando de 58,8 por cento em Curitiba a 75,9 por cento em São Paulo. Os "não", por sua vez, ficaram situados entre 10,4, 10,3 e 10,5 por cento em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, subindo para 23 por cento em Salvador, 25,8 no Rio de Janeiro e 29,2 em Curitiba.

A baixa proporção dos que não se situaram entre as duas alternativas — 14,7 por cento — comprova que tanto as diretas para presidente quanto a escolha de uma Constituinte no início do próximo mandato presidencial são teses mobilizadoras.

A especificação por sexo, idade, faixa etária e renda familiar, tabulada na amostragem paulistana, demonstra um novo nível de homogeneidade das respostas. De fato, entre homens e mulheres, a variação da opção pelo "sim" é quase simbólica (76,4 e 75,4 por cento, respectivamente). Inexiste, igualmente, uma varia-

Plano de amostragem garante os resultados

Esta pesquisa, como as demais que vêm sendo realizadas pelo Datafolha, é um levantamento por amostragem estratificada e aleatória, ou seja, apenas uma parte da população é entrevistada, tomando-se uma série de precauções, de modo que os resultados não se afastem em grau significativo daqueles resultados que seriam obtidos caso toda a população fosse entrevistada.

A pesquisa Folha opera com um plano de amostragem que permite situar o erro amostral num intervalo que não ultrapasse 3% (para mais ou para menos).

O número de casos entrevistados em cada Capital foi estabelecido

em função da representatividade em cada ponto. Para se observarem médias gerais válidas para o câmpo das seis cidades, os dados são internamente ponderados. Esta ponderação é calculada em função da contribuição de cada Capital no conjunto da amostra total.

A pesquisa Folha é uma realização do Datafolha e é dirigida pelo sociólogo Antônio Rother Filho. O autor e supervisor do modelo científico da Pesquisa Folha é o prof. Reginaldo Prandi, doutor em Sociologia, membro do Cebrap e professor do Departamento de Ciências Sociais da USP. A seleção dos temas e interpretação dos resultados é de responsabilidade da Redação.

ção acentuada de tendência de acordo com a idade dos entrevistados. Um exemplo: entre as mulheres, as faixas de até 19 anos, de 20 a 35 anos e de 36 anos ou mais registraram um índice de rejeição à proposta formulada pela pesquisa variando de 7,6 a 10,4 por cento.

O mesmo conjunto homogêneo de "sim" e "não" percorre os níveis de renda. E desse modo que, com relação ao "sim", apenas dois decimos percentuais separam os que pertencem a famílias que ganham até dois salários mínimos daqueles

que pertencem à faixa de dois a cinco salários. Estes, por sua vez, respondem "sim" na base de somente 3,5 pontos percentuais a menos que os entrevistados de famílias com renda superior a cinco salários mínimos.

Por fim, o consenso se repete quando os entrevistados são repartidos por faixa etária. Os que rejeitam as diretas e a Constituinte após a posse são 9,9 por cento na faixa até 19 anos, 9,1 por cento na faixa de 20 a 35 anos, e 11,9 por cento com 36 anos ou mais, percentagens que correspondem aos dois sexos e aos diferentes níveis de renda.

Pergunta: O(a) Sr(a) concorda com a proposta de que o próximo Presidente da República, eleito a 15 de janeiro de 1985, deva convocar, no mais curto prazo de tempo possível, eleições diretas e conjuntas para a Presidência da República e para Assembleia Nacional Constituinte?

Categorias	Capitais	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Salvador	Porto Alegre	Curitiba	Média Ponderada
Sim		75,9	61,0	70,5	60,3	67,0	58,8	68,8
Não		10,4	25,8	10,5	23,0	10,3	29,2	16,5
Não Sabe		13,7	13,2	19,0	16,7	22,7	12,0	14,7
Número de Entrevistados		1000	600	400	300	300	400	3000

Datafolha - Pesquisa de Opinião Pública

CATEGORIAS	SÃO PAULO (SEXO E IDADE)						Subtotal		TOTAL
	HOMEM			MULHER			H	M	
	17 a 19 a	20 a 35 a	36 anos ou +	17 a 19 a	20 a 35 a	36 anos ou +	%	%	
Sim	78,3	78,2	73,6	75,5	81,2	69,5	76,4	75,4	75,9
Não	9,4	10,6	13,7	10,4	7,6	10,2	11,6	9,2	10,4
Não Sabe	12,3	11,2	12,7	14,1	11,2	20,3	12,0	15,4	13,7
NÚMERO DE ENTREVISTADOS	(106)	(197)	(197)	(106)	(197)	(197)	500	500	1000

CATEGORIAS	NÍVEL DE RENDA FAMILIAR				TOTAL	FAIXA ETÁRIA				TOTAL
	Até 2 S.M.	De 2 a 3 S.M.	De 3 a 5 S.M.	De 5 S.M. ou +		17 a 19 a	20 a 35 a	36 anos ou +	%	
	%	%	%	%		%	%	%	%	
Sim	75,7	75,5	79,0	76,3	76,3	76,9	79,7	71,6	75,9	
Não	7,7	11,2	13,0	10,4	10,4	9,9	9,1	11,9	10,4	
Não Sabe	16,6	13,3	8,0	13,3	13,3	13,2	11,2	16,5	13,7	
NÚMERO DE ENTREVISTADOS	(300)	(400)	(200)	900	900	(212)	(394)	(394)	1000	

Datafolha - Pesquisa de Opinião Pública

Em seis capitais, 68,8 por cento disseram "sim" à proposta, tendo São Paulo registrado o maior índice: 75,9 por cento.

Tancredo não quer Constituinte agora, por "razões políticas"

O candidato indireto da Aliança Democrática à Presidência da República, Tancredo Neves, tornou a rejeitar ontem a ideia da convocação, logo após sua posse, de uma Assembleia Nacional Constituinte e de eleições diretas.

Informado de que uma pesquisa feita pela Folha em seis capitais brasileiras indicou larga preferência da população pelas duas medidas, Tancredo após o argumento de que a eleição direta abriria uma nova crise no País.

Quanto à Constituinte, começou a apontar obstáculos jurídicos mas, o repórter lembrou o apoio emprestado à iniciativa pelo presidente da OAB, Mário Sérgio Duarte Garcia.

"Ainda que juridicamente fosse possível, politicamente é inconcebível", reagiu Tancredo, arrematando: "E a realidade vai mostrar que eu tenho razão".

Em relação às eleições diretas, o ex-governador mineiro sentenciou que "a Nação está precisando pelo menos de um ano para equacionar seus problemas e realmente colocar à luz nos seus problemas internos, passíveis de solução. Nós não podemos sair de uma crise institucional — prosseguiu — e abrir uma outra logo em seguida. Não temos resistência econômica para isso", finalizou.

"Uma coisa deve ser definitivamente esclarecida: o governador é favorável à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e mantém uma posição relativa, amplamente conhecida há muitos anos", disse ontem o jornalista Tão Gomes Pinto, assessor de imprensa do governo do Estado, ao abrir, em nome do chefe do Executivo, a exposição dos motivos pelos quais Franco Montoro prefere que tal convocação se faça somente após as eleições de

1986, quando da renovação do Congresso.

Sempre em nome do governador, Tão Gomes Pinto disse que para a convocação da Constituinte logo após sua posse como presidente da República, restaria a Tancredo Neves apenas uma opção legal, que seria a transformação do atual Congresso: "Além dessa opção, só a autodissolução do atual Congresso, mediante maioria de dois terços".

Mesmo que a hipótese fosse viável, a Constituinte convocada no início de 1985 demandaria, segundo ele, pelo menos um ano para apresentar uma nova Constituição, "retirando de Tancredo Neves os mecanismos operacionais dos quais necessitaria para equacionar os problemas mais cruciais da Nação, que são basicamente a inflação, o desemprego e a recuperação econômica".

"O atual Congresso conta com um terço dos senadores com mandatos outorgados por força de dispositivos legais excepcionais, bem como parcelas consideráveis de representantes de grupos que não têm nenhum interesse na promoção de reformas profundas, as quais o candidato Tancredo Neves se propõe institucionalizar com o apoio imprescindível de dois terços do Congresso".

Esses dois terços, garante o governador, através de seu assessor, apoiarão o virtual presidente na execução dessas reformas.

Orestes Quêrcia, vice-governador: "Acho que é inexorável o encaminhamento para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Mas é fundamental também um debate nacional preparatório para a Constituinte, para que ela não seja elitista. Temos que realizar esse debate de forma didática para atingir o povo. Nesse sentido o mais conveniente é que seja feita em 86."

Para Lafer, texto atual está defasado

CLÓVIS ROSSI
Da nossa equipe de reportagem

Celso Lafer, professor da Faculdade de Direito da USP, doutor em Filosofia pela Cornell University (EUA), 43 anos, é um dos que acham nada menos que "indispensável" a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, não para uma mera revisão constitucional, mas para fazer de novo o arcabouço jurídico-institucional do País.

Para chegar ao caráter de indispensável da Constituinte, Lafer desenvolve um raciocínio quase teomático: para ele, o País está chegando ao processo de transição por meio de uma mudança, não do texto constitucional, mas da prática. "O texto constitucional, que tinha uma proposta sintática (coerência pela manutenção do regime autoritário, via Colégio Eleitoral), passou por uma evolução semântica". E tal evolução, para o professor da USP, tem uma nota clara: não ao regime autoritário e sim à mudança.

Acontece que o conjunto de forças, "quase que esmagadoramente majoritário", que quer a mudança não está identificado por um princípio comum unívoco, a não ser o "não" ao regime autoritário. "É preciso, portanto, agora esse não, saber o que queremos, e daí surge o tema da Constituinte, que me parece indispensável, porque o texto constitucional em vigor está excessivamente identificado com o regime autoritário e, por isso, a sua simples revisão não

carrega no bojo a mensagem de mudança", conclui o raciocínio.

A postura de Celso Lafer tem um peso duplo: primeiro, porque ele é um dos relativamente reduzidos membros da intelectualidade brasileira que alia o reconhecido saber jurídico a uma formação de cientista político. E, segundo, porque seu nome figura, em todas as especulações, como um dos mais sérios candidatos ao posto de ministro de Relações Exteriores no futuro governo Tancredo Neves.

O raciocínio de Lafer coincide quase que integralmente com a proposta da Folha, apresentada em editorial publicado na primeira página do último domingo. Mas diverge quanto ao "timing": o professor acha que, antes de se convocar a Constituinte, é preciso resolver o problema da representatividade da Assembleia. "A representatividade — diz ele — está indiscutivelmente ligada à estrutura partidária e ao sistema eleitoral. A estrutura partidária dificulta a criação de partidos e, além disso, permite que alguns funcionem por meras concessões provisórias. E o sistema eleitoral super-representa alguns Estados e sub-representa os Estados de maior população".

Celso Lafer acha que "não se pode convocar uma Constituinte que seja adequadamente representativa sem antes examinar esses dois pontos". (Convém lembrar que a proposta da Folha também abrange uma limpeza de terreno para que a Constituinte seja realmente representativa.) E ele

entende, ainda, que há uma série muito grande de assuntos que devem entrar no debate de uma nova Constituição: "Esses temas todos comportariam uma boa discussão pública, no correr de 1985, antes de se convocar a Constituinte, mas já no espírito de sua iminente convocação."

Celso Lafer acha que, antes da Constituinte, a "primeira tarefa institucional" do novo governo será fazer uma revisão constitucional inicial, capaz de eliminar da Constituição os seus aspectos autoritários óbvios. E diz que a própria emenda Figueiredo — encaminhada ao Congresso este ano e, posteriormente, retirada ante o risco de que a oposição aproveitasse a sua votação para conseguir as diretas-já — indicava alguns desses aspectos, como a limitação da capacidade do Executivo de emitir decretos-lei.

Ainda que discorde do "timing" para a convocação da Constituinte — no que está em desacordo com a maioria das pessoas consultadas pela "Pesquisa Folha" que hoje se publica —, a opinião de Celso Lafer indica claramente que a questão constitucional entrou definitivamente como item prioritário da agenda política. O que é fácil de explicar: decidida com grande antecipação a eleição presidencial, com a vitória de Tancredo Neves, a sociedade desloca seu interesse para a perspectiva de mudança, a palavra mágica que Tancredo representa. E mudança e Constituinte têm que caminhar unidas.

Debate revela consenso contra casuísmos

CARLOS DE OLIVEIRA
Da nossa equipe de reportagem

Uma Assembleia Nacional Constituinte, para ser livre e soberana, deve ser convocada somente após a revogação de toda e qualquer legislação casuística ainda vigente no País, especialmente no campo da organização dos partidos políticos. Qualquer imediatismo em relação à convocação da Constituinte, por mais que isso possa significar um avanço democrático, poderá resultar em uma Constituição conservadora e elitista, a serviço de "lobbies" do poder econômico e das multinacionais, não atendendo, assim, aos reais interesses da Nação.

Essa colocação foi a tônica de um debate sobre a necessidade de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, realizado na noite de anteontem, no auditório da Secretaria do Interior, em São Paulo. O encontro, aberto pelo governador Franco Montoro — para quem a Constituinte deve ser a primeira preocupação do futuro presidente da República — procurou mostrar que o Brasil vive hoje, com a virtual eleição do candidato indireto da Aliança Democrática, Tancredo Neves, à Presidência da República, um "momento constituinte". De acordo com os expositores — d. Mauro Morelli, bispo de Duque de

Caxias; Almino Afonso, secretário dos Negócios Metropolitanos; Klaus Germer, secretário da Agricultura do Paraná; Luis Patricio Prado, economista; Celso Lafer, jurista; Geraldo Ataíbe, jurista; Airton Soares, deputado federal (PT-SP), e Edgar Amorim, assessor político de Tancredo Neves; além do secretário do Interior, Chopin Tavares de Lima —, mais importante do que o prazo de convocação da Constituinte (que todos concordam, precisa ser o mais rápido possível) é o grande debate nacional que deve ser instalado, a partir de agora, em torno daquilo que a Nação quer ver na nova Carta Constitucional.

Nesse sentido, os participantes do encontro defenderam propostas que poderão dar conteúdo democrático à Constituição, na área da política fundiária, da política econômica, da organização sindical, da política externa, do restabelecimento dos princípios da federação, da harmonia entre os três poderes e da autonomia e fortalecimento dos municípios. Sem exceção, afirmaram que a livre participação popular, desde a escolha dos constituintes à formulação dos enunciados básicos da Constituição, em qualquer campo, é fator decisivo para se atingir o Estado de Direito. Essa liberdade, disseram, só será possível se a Constituinte for prece-

dida do expurgo de toda legislação autoritária ainda em vigor — a ser feito no mais curto espaço de tempo possível. Destacaram que os primeiros passos devem ser a redefinição do quadro partidário, de modo que todas as tendências da sociedade sejam representadas, a liberdade e autonomia sindical, o acesso dos constituintes aos meios de comunicação, a revogação ou uma ampla reforma na Lei de Segurança Nacional e o voto do analfabeto.

Alguns dos debatedores comentaram — fora do âmbito do encontro — o editorial "Posse, Diretas e Constituinte", publicado pela Folha na primeira página de sua edição de domingo. De acordo com Almino Afonso, "para que a Constituinte cumpra seu papel, que não é meramente jurídico, é preciso uma série de medidas anteriores que desentulhem os vinte anos de autoritarismo e isto demanda algum tempo. Mas, atendidos esses pré-requisitos, a Constituinte deve ser convocada imediatamente".

O secretário Chopin Tavares de Lima disse que discorda da posição da Folha pois, "antes de convocada a Constituinte, temos de alterar o atual sistema, que criou legislações que privilegiam o poder econômico e alteram a representação dos Estados no Congresso".



Sandália Exercitadora Scholl

O presente que agrada o seu amigo secreto. Confortável, esportiva e um saudável exercício a cada passo.

VA DIRETO A ESTES ENDEREÇOS:

Av. Washington Luis, 5859 - Loja 11 - Tel.: 241-2359
R. do Arouche, 71 - Tels.: 221-2525 e 221-2175
Av. Brig. Luiz Antonio, 2195 - Tels.: 287-0191 e 289-6461
Av. Brig. Faria Lima, 1237 - L. 8 - Tel.: 211-9902
R. Monteiro de Melo, 381 - Tels.: 62-5794 e 62-9057
Av. Condessa Elizabeth Robiano, 5500 - Loja 6 - Tel.: 217-3680
HIPER MERCADO PAES MENDONÇA (Marginal Tietê).